

Artículo de investigación

O buen vivir como possibilidade de sustentabilidade na Pan-Amazônia a partir das reservas Cajari e Alpahuayo Mishana**The good living as a possibility of sustainability in the Pan-Amazon from the reservations Cajari and Allpahuayo Mishana**

Recibido: 29 de agosto del 2019

Aceptado: 12 de octubre del 2019

Written by:

Marlinda Patricio²⁵⁸**Ligia T. Lopes Simonian**²⁵⁹**Roberto Pezo-Díaz**²⁶⁰**Resumo**

Este artigo é resultado de pesquisa qualitativa, interdisciplinar e documental sobre sustentabilidade, políticas públicas ambientais e bem-estar, coleta de imagens e trabalho de campo nas Reservas Extrativistas do Rio Cajari (RESEX Rio Cajari Amapá-Brasil) e Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM Iquitos - Peru) e os planos de utilização nessas reservas. A coleta de dados ocorreu em janeiro / fevereiro, março e abril de 2016 por meio de entrevistas durante a investigação de campo para conduzir um estudo maior nas Áreas de Preservação das Nações Unidas (UNPA). O exame das condições de vida das populações das duas reservas visitadas e se o paradigma da boa vida é um objetivo das políticas públicas é o objetivo deste documento. O buen vivir surgiu mais recentemente como um paradigma alternativo, uma tendência proposta como um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina. Portanto, se você deseja ver se é possível sua aplicação em áreas reservadas habitadas por populações tradicionais.

Palavras-chave: Bem Viver, Sustentabilidade, Políticas Públicas.

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación cualitativa, interdisciplinaria, documental sobre sostenibilidad, políticas públicas ambientales y buen vivir, recolección de imágenes, y trabajo de campo en las Reservas Extractivas del Río Cajari (RESEX Rio Cajari Amapá-Brasil) y Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM Iquitos-Perú) y los planes de utilización en estas reservas. La obtención de los datos ocurrió en enero/febrero, marzo y abril de 2016 a través de entrevistas durante la investigación de campo para la realización de un estudio más amplio en las Áreas de Preservación de las Naciones Unidas (APNU). El examen de las condiciones de vida de las poblaciones de las dos reservas visitadas y si el paradigma del buen vivir es una meta de las políticas públicas es el propósito de este documento. Good Living surgió más recientemente como un paradigma alternativo, una tendencia propuesta como un nuevo modelo de desarrollo para América Latina. Entonces, si quiere ver si su aplicación es posible en áreas reservadas habitadas por poblaciones tradicionales.

Palabras-llave: Bien Vivir; Sostenibilidad; Políticas públicas.

²⁵⁸ Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental/PPGDSTU-NAEA/U/FPA. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), especialização em História da Amazônia CFCH/UFPA. Experiência em docência no ensino superior, em avaliação de projetos de políticas públicas nacional e internacional, com foco em desenvolvimento, sustentabilidade, biodiversidade, educação e impacto socioambiental.

²⁵⁹ Antropóloga com Ph. D. e Pós-Doc. na Universidade da Cidade de Nova Iorque, EUA. Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e lotada no Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA), Belém, Brasil. Dentre outras questões trabalha com políticas públicas, gestão, governança, movimentos sociais, áreas protegidas, questões fundiárias.

²⁶⁰ Doutor em Ciências com menção em Ecologia; Professor Principal, Faculdade de Ciências Biológicas. Universidade Nacional da Amazônia Peruana, Iquitos/Peru. Desenvolve pesquisas em Comunicação, Ecologia e Zoologia e em Avaliação de Impactos Ambientais, de Projetos de políticas públicas nacional e internacional, com foco em Desenvolvimento, dentre outras questões.

Abstract

This article is the result of qualitative, interdisciplinary, documentary research on sustainability, environmental public policies and *buen vivir*, image collection, and fieldwork in the Rio Cajari Extractive Reserve (RESEX Rio Cajari Amapá-Brazil) and Allpahuayo Mishana National Reserve (RNAM Iquitos-Peru) and the plans of use in these reserves. The data were collected in January/February, March and April 2016 through interviews during field research to carry out a larger study in the United Nations Preservation Areas (UNPA). Examining the living conditions of the populations of the two reserves visited and whether the paradigm of *buen vivir* is a public policy goal is the purpose of this paper. Good Living has emerged more recently as an alternative paradigm, a trend proposed as a new development model for Latin America. So if you want to see if its application is possible in reserved areas inhabited by traditional populations.

Keywords: Living Well; Sustainability, Public Policies.

Introdução

Este artigo faz parte da reflexão mais ampla, que se desenvolveu para a construção do projeto de tese intitulado “Projetos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): Análises das Políticas Públicas do Brasil e Peru” (2016). Inspirados nos Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO), (1994) e do Plano de Estratégia e Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru, (2001) (Plano de Estratégia e Ação do Peru)²⁶¹ e seus desdobramentos em projetos aplicados em nível regional.

Quer-se fazer uma abordagem interdisciplinar das políticas públicas com viés ambiental e a busca da sustentabilidade no Brasil e Peru, especificamente nas RESEX do Rio Cajari (RERC) e Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM), com vistas a verificar se a ideia do paradigma do *Buen Vivir* tem sido a meta dos projetos de políticas públicas nestes lugares ou se estão distantes disso. Os contextos exibem as necessidades de haverem tomadas de decisões que assegurem a participação dos atores sociais, institucionais envolvidos (associações locais, instituições públicas e privadas, ONG e lideranças comunitárias). Deste modo, compreende-se a possibilidade de haverem discussões que englobem minimamente interesses, possivelmente conflitantes, que tenham chance de chegar ao consenso.

Os *loci* de análise são as Áreas Protegidas das Nações Unidas (APNU)²⁶² (WDPA, na sigla em inglês): (RERC) no estado do Amapá, Brasil e no Departamento de Loreto, Peru (RNAM). Nestes locais foram realizadas *survey*, em janeiro/fevereiro a abril de 2016, respectivamente, para a tese de doutorado, alguns dados obtidos também oferecem subsídios para este *paper*.

O exame dos projetos “Plano de desenvolvimento da (RERC)” (1996) e o “Plano Mestre da Reserva Nacional Allpahuayo Mishana (RNAM)”, (2004) associado à análise das entrevistas realizadas, com a população local, permite alcançar as informações quanto à familiaridade ou não, com o paradigma alternativo do *Buen Vivir*. Este modelo é algo novo que conhecem de experiências em outros lugares ou apenas percebem que precisam mudar de perspectiva. O exame aos projetos conduziu para estes caminhos, apesar de as populações perceberem que a sustentabilidade das áreas em que vivem e seu próprio meio de vida requerem outra condução e, ainda, se há resistência das comunidades para tal.

Localização das reservas

O estado do Amapá, Brasil situado na porção nororiental do país ocupa área de 10,5 milhões de hectares, 143.453,7 km², 18,26% do território brasileiro (Figura 1). A RERC tem área corresponde a 501.771 hectares, instituída pelo

²⁶¹ O projeto não apresenta siglas, por isso para melhor nos referirmos ao mesmo reduzimos sem prejuízo do nome integral. É por este nome que nos referiremos ao longo do texto, conforme necessidade.

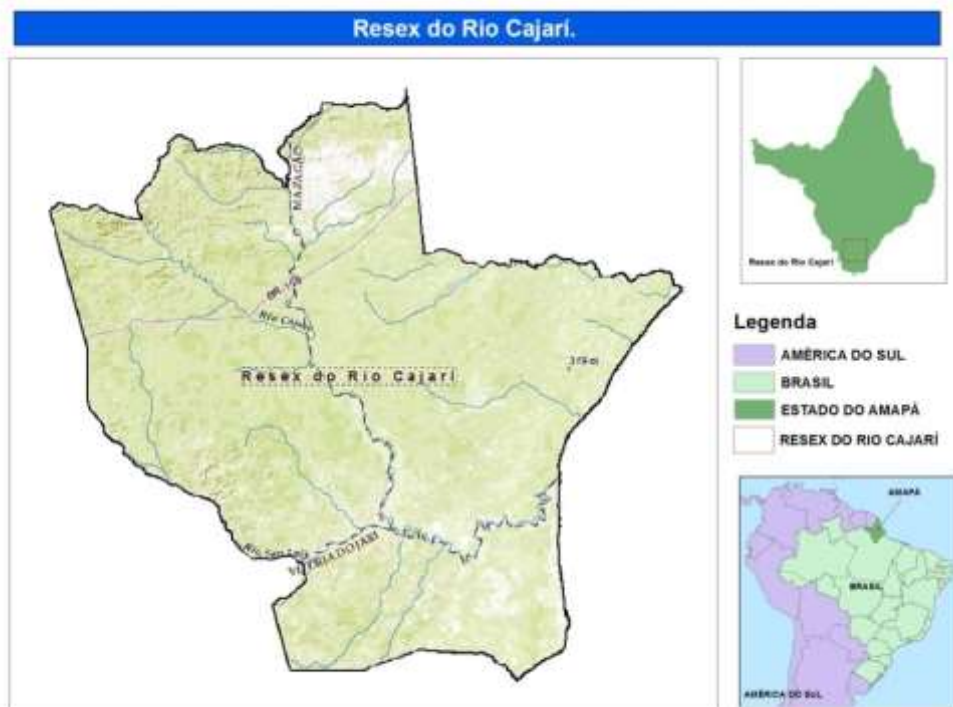
²⁶² No Brasil utiliza-se a categoria Unidade de Conservação (UC) e no Peru Áreas Naturais Protegidas (ANP). Devido se está trabalhando com projetos ambientais destes dois países e se fazer referência a situações em outros países optou – se

pela definição da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), onde a referência utilizada segue a Base de dados de Áreas Protegidas das Nações Unidas (APNU) (WDPA, na sigla em inglês). A mesma é reconhecida de utilidade substancial pelos países signatários da Convenção sobre diversidade biológica (CDB) e por ser a mais aceita internacionalmente, nos meios científicos e políticos é que será aqui utilizada.

Decreto s/n de 30 de setembro de 1997. A criação da reserva resultou da preocupação em se fazer

reforma agrária, para tal considerou-se a cultura extrativista dos moradores locais (Fotografia 1).

Figura 1 – RESEX do Rio Cajari



Fonte: Organização Marlinda M. Patrício (2016).

Fotografia 1 – RERC Comunidade Conceição do Muriacá, Amapá, Brasil

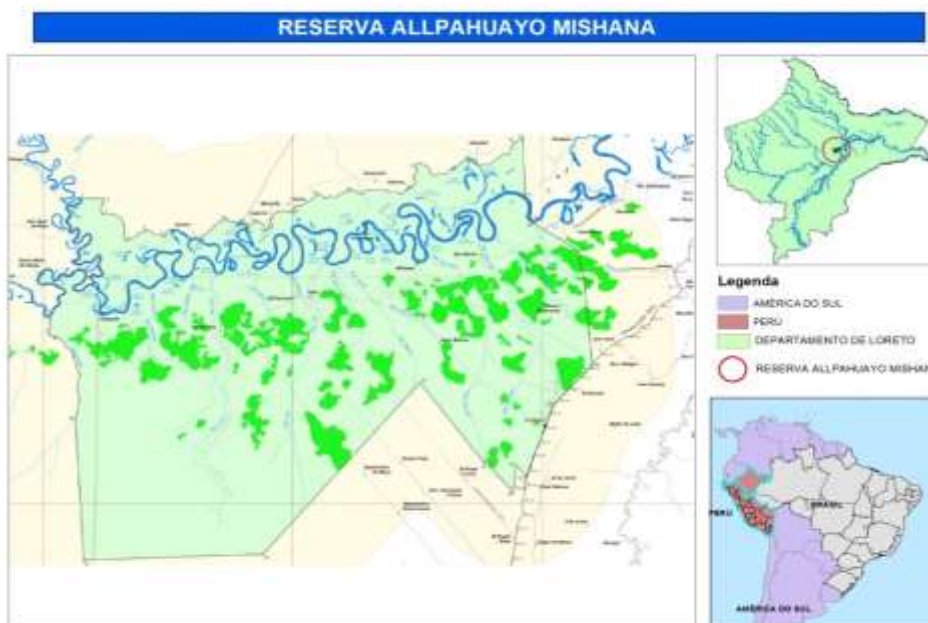


Foto: Marlinda M. Patrício (2016).

O departamento de Loreto foi criado pela Lei n° 25.325 de 13 de junho de 1991. Compreende uma extensão de 368.852 km², o que representa 28,7% do país (o mais extenso), e 47,4% da Amazônia Peruana, áreas que abrangem, principalmente, a selva baixa ou plana Amazônica (Dourojeanni, 2013). A RNAM compreende uma superfície de 58.069,9 hectares

localizada na província de Maynas, Departamento de Loreto (Figura 2; Fotografia 2). A criação da reserva (Alonso, 2006) foi precisamente pela variabilidade singular de seu ecossistema, chamados localmente de “bosques de *varillales*”, floresta sobre areia branca. As atividades da cultura econômica da população local não foi ponto considerado.

Figura 2 – Reserva Nacional Allpahuayo Mishana



Fonte: Mapa base do SERNANP, IGN, INEI, MTC - Escala 1:175,000 (2015).
Adaptação: Marlinda M. Patrício (2016).

Fotografia 2 – Vista parcial da comunidade Mishana, Loreto, Peru



Autoria: Marlinda M. Patrício (2016).

Abordagem metodológica – interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, paradigma da ciência moderna, se fortaleceu na segunda metade do século XX (Santos, 1988). O encontro organizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação do Ensino (CERI) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) patrocinado pelo Ministério de Educação da França são um marco da análise para estudos desta natureza.

Sabe-se que cada disciplina possui suas regras específicas desenvolvidas, onde modelos teóricos e metodológicos das Ciências Social, Natural e Formal²⁶³ estão firmados. No entanto, estas se encontram quando um problema é levantado, uma situação é questionada e apresentada para estudo. Os encontros proporcionam, segundo Oliveira Filho (1987, p. 59), “[...] espaços de trocas mais inovadores [...]”, tanto metodológicos, bem como teóricos e tecnológicos. Esses ocorrem nas fronteiras disciplinares das ciências, espaços em constante movimento.

Além disso, o autor, ainda no mesmo lugar menciona, que as “[...] distinções conceituais e regras metodológicas mais abstratas comuns a ciências diversas [...]” vão se caracterizar pela “[...] metodologia geral [...]”. Certamente, este esquema oferece as bases para se responder a problematização do tema e a construção de novo horizonte de conhecimento. Kuhn (1987) assevera que as fronteiras interdisciplinares se referem à criação de instrumentos novos da mesma ordem, ou seja, de natureza interdisciplinar. De tal maneira, é neste “vazio” que os limites das duas realidades sociais – brasileira e peruana – são analisadas.

Neste sentido, esta dinâmica de reciprocidade disciplinar é tratada em trabalho realizado por Jantsch (1972, p 68, 125) como a “[...] característica básica da interdisciplinaridade [...]”, na qual ocorre a “[...] existência de uma axiomática comum de grupos de disciplinas conexas [...]”. Esta axiomática municia os caminhos para o processo de investigação e entende-se poder ocorrer nas fronteiras disciplinares. Estes são desafios necessários serem superados para a análise do modelo de políticas públicas e sustentabilidade aplicados

nas duas APNU e por assim verificar se seguem rumos em busca do *Buen Vivir*.

Métodos e técnicas

No planejamento para o levantamento de dados nas duas reservas ambientais considerou-se relevante que os líderes entrevistados fossem de duas categorias (1) lideranças comunitárias e (2) agentes de saúde. A seleção dessas categorias dos interlocutores permitiu acesso às informações sobre a aplicação de projetos de políticas públicas e das condições locais.

As atividades econômicas encontradas foram a extrativista, a comercial, a agricultura, pecuária, a pilotagem de barco, a caça, a pesca, a de pedreiro e a carpintaria, sendo que a população local as utiliza conforme a situação exija. Empregou-se a técnica da entrevista do tipo qualitativo, com características de dirigidas e não dirigidas entendidas como complementares. A amostra produzida seguiu a abordagem qualitativa, onde as informações quando aprofundadas e ilustrativas são capazes de gerar dados novos (Deslauriers, 1991). Isso permite uma análise mais diversificada do assunto.

Então, as experiências vividas nos locais e relatadas nas entrevistas permitem que se obtenham dados – se o modelo de sustentabilidade proposto tanto pelos planos e projetos elaborados pelas lideranças e órgãos governamentais – oferecem, por meio dos projetos de políticas públicas, condições melhores de vida para as populações que estão vivendo nas duas reservas.

Ainda no contexto da pesquisa, produziram-se figuras e fotografias, o que fora feito a partir das orientações de Medina Filho (2013) e Simonian (2007b). Esse material é relevante para a compreensão do objeto de estudo, pois permite a visualização de elementos importantes do *modus vivendi* local.

Política pública ambiental: sustentabilidade e Buen Vivir na Pan-Amazônia?

Algumas modificações importantes ocorreram nas políticas comerciais, na década iniciada em 1960, contudo o desenvolvimento latino-americano pós Segunda Guerra Mundial foi de pouco progresso social. A atenção voltada ao econômico deixou esta esfera sem a devida

²⁶³ As ciências formais são um ramo das ciências que estuda os sistemas formais, como por exemplo, a lógica, matemática, teoria dos sistemas e os aspectos teóricos da ciência

computacional, teoria da informação, microeconomia, teoria da decisão, estatística e linguística.

atenção, abrindo espaço à pobreza da população, tensões sociais, desequilíbrios regionais, instabilidade política e a abissais injustiças sociais. Na Pan-Amazônia, estas vicissitudes foram mais profundas e complexas especialmente no que se refere as políticas públicas ambientais.

Este contexto revela a atenção precária que o plano cepalino dedicou aos aspectos sociais e políticos, em perspectiva local, ou seja, voltou-se para uma visão geral da América Latina e Caribe sem atentar para as especificidades. Ao contrário do que pensavam seus idealizadores, o desenvolvimento não ocorreria de forma “automática” e “espontânea” e nem seria uma decorrência inevitável da industrialização, ou mesmo do emprego urbano e produtividade. A ausência de uma compreensão mais ampla da sociedade e seus matizes os distanciou pouco do marco teórico da economia política clássica ou neoclássica e até keynesiana.

Os estudos sobre o que ocorria com essas camadas sociais podem ser entendidos quando Lipietz (1988, p. 67) menciona a falta de interesse teórico demonstrada pelos estudiosos do imperialismo tanto relativa à análise concreta das relações sociais no centro capitalista, quanto na periferia. Acrescenta o autor que, até meados do século XX, os estudos acompanhavam a realidade do modo de regulação internacional – o empobrecimento da periferia como consequência da melhoria dos centros capitalistas. A análise sobre estes resultados só receberá a atenção a partir de meados daquele século quando os teóricos pertencentes ao Terceiro Mundo voltaram suas atenções para a diversidade de situações.

Para ter uma ideia no campo da política ambiental, Palacios (1994) e Peralta (2010) analisaram as propostas da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)²⁶⁴ e do Parlamento Amazônico (PA) e concluíram ter sido um árduo desafio, na época, pois a organização deveria garantir a conservação e a utilização racional dos recursos naturais. No entanto, a tarefa não era fácil, visto que se vivia

uma política econômica e social sob a égide da ditadura militar, bem como um clima de guerra fria. Então, a política ambiental não era prioritária e menos atenção, contudo houve avanços neste campo.

Aproximadamente, em torno de 20 programas de ação foram postas em prática pela OTCA. Os mesmos consistiram em inventários, legislação e políticas comuns, assim como a promoção de infraestrutura, dentre outros. O PA, canal legislativo da OTCA, orientou a atuação desses por determinadas linhas de ação, por estratégias de cooperação e coordenação e pela elaboração de propostas de política e de leis.

Tanto a eficácia da OTCA como a do PA foram questionadas frente à realidade da Pan-Amazônia. O seminário internacional de Manaus ocorrido em 1988 discutiu a questão com foco nos objetivos, programas, projetos, desarticulação das instituições, o afastamento das populações amazônicas, bem como os escassos avanços na integração efetiva da Amazônia em relação ao restante dos países. No que se refere ao Peru, o descaso na conservação das áreas naturais protegidas, controle do comércio ilegal de flora e da fauna, controle da contaminação ambiental pela atividade petrolífera, dentre outros, ficou evidente no encontro.

Portanto, em meados do século XX já se via as implicações resultantes do acelerado tipo de economia e os custos sociais advindos da política pública aplicadas. Os problemas ambientais que apareciam e a situação dos trabalhadores não estavam dissociados. Depreende-se que, a ausência da inclusão de noções democráticas²⁶⁵ e da percepção da importância dos recursos primários, com sinais de esgotamento, forma um bloco de questões que precisavam ser assimilados na época. Se na ocasião elementos da democracia estavam na pauta hoje permanecem as discussões sobre o tema na América-Latina.

Tanto os governos do centro quanto os de periferia precisavam atualizar seus discursos quanto a compreensão da democracia, inclusão social e a crise ambiental. Mas nas décadas de

²⁶⁴ A OTCA nasceu em Brasília em julho de 1978, com a participação dos oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), com o objetivo fundamental de realizar esforços e ações conjuntas para promover o desenvolvimento harmônico e produzir resultados equitativos e mutuamente proveitosos. Os mesmos foram ratificados e aprofundados pela Declaração de Belém em outubro de 1980, pela Declaração de Santiago de Cali em dezembro de 1983 e pela declaração de Manaus em maio de 1989. A promoção do desenvolvimento integral,

cooperação da região, o bem-estar de suas populações e com isso, reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos era e ainda é o que os move frente as novas provocações do século XXI.

²⁶⁵ Vale ressaltar que estas noções podem variar segundo diferentes fatores como cultura, ideologia, interesses das elites dominantes e dos rumos que os projetos desenvolvimentistas têm programado ao saírem das ditaduras.

1960 a 1980 a América Latina estava imersa em ditadura militar, as quais findaram em diferentes épocas. O Brasil viveu sob o regime ditatorial de 1964 a 1985 e o Peru de 1968 a 1980. Estas décadas não favoreceram o estabelecimento da formalização de políticas públicas favoráveis ao meio ambiente e à população.

Contudo, a questão ambiental foi a variável de cunho político, que produziu uma dinâmica maior para as demandas da sociedade e as discussões sobre como utilizar os recursos. As reuniões em busca de envolver as populações que vivem em áreas protegidas tem sido uma prática persistente, mas é o escopo do projeto de política pública que vai definir o tipo de inclusão. A participação de representações locais ou regionais nem sempre defendem os interesses da maioria.

Nessa direção, como menciona Sáez (1997, p. 281), depreende-se que

[...] las políticas públicas se pueden entender como un proceso que se inicia cuando un gobierno o un directivo público detecta la existencia de un problema que, por su importancia, merece su atención y termina con la evaluación de los resultados que han tenido las acciones emprendidas para eliminar, mitigar o variar ese problema.

A decisão é pautada pela prioridade do governo e não pela prioridade das populações alvo. Na opinião de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), a política pública seria como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, isto devido à articulação dos acontecimentos internos e externos. Como subsistemas avaliam os fatores culturais, como crenças, valores e ideias necessários na elaboração das políticas públicas. E mencionam que a dimensão cultural pode não estar presente no arcabouço teórico, mas aparece na prática da ação.

Tanto na formulação quanto na análise da política pública Eastone (1965) acrescenta a ideia de sistema à política pública, onde há relação entre formulação, resultados e o ambiente. Além disso, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, o que influencia nos resultados e efeitos. Todas

evidenciam o poder de decisão do governo sobre matérias que envolvem pessoas comuns, que podem ser encontradas em lugares distantes dos centros políticos majoritários.

Mas, sob outro do ponto de vista teórico-conceitual, conforme Souza (2006, p. 25), “[...] a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos”. Quer dizer que são necessárias as compreensões destes temas em outros campos do conhecimento, como sociologia, ciências políticas, economia, antropologia, etc. As inter-relações entre o Estado e a sociedade revelados pela pesquisa de campo possibilita ver as diversas formas de aplicações e os resultados.

Deste modo, o programa de governo dos países e a política econômica – paradigma vigente – são definidores de caminhos que podem dificultar a sustentabilidade na direção da vida com qualidade. Neste sentido, pode-se levar em consideração que as ações que deveriam ser postas em prática nas políticas e programas nacionais, podem ficar a dever junto às propostas de sustentabilidade ambiental e social.

Mas, em uma observação mais ampla, percebe-se que existe um paradigma inovador pautado na tecnologia, de acordo com Castells (2000) e Redclift (2002), cujas raízes estariam na microeletrônica, nas novas tecnologias informacionais de comunicação e na engenharia genética. Para refletir tal convicção, Redclift (2002) entende ser cada vez mais frequente a separação da “sustentabilidade” do meio ambiente, aquela foi confundida com equidade, governabilidade e justiça social. Para isso elegeu-se sistemas de medição²⁶⁶ que permite avaliar as variáveis ambientais, uma tendência, no auxílio a sustentabilidade pautada na preocupação ecológica, na esfera política e nos planejamentos dos estados.

Além destas apreciações, Escobar (1992) já havia questionado a distinção entre desenvolvimento alternativo e alternativa para o desenvolvimento. Mostrou que tais questões promovem discussões que possibilitam a desconstrução radical da base cultural do desenvolvimento clássico, do discurso de legitimação desse e do zelo pelos

²⁶⁶ É a coleção de instrumentos ou dispositivos de medição, padrões, operações, métodos, dispositivos de fixação, software, pessoal, ambiente e premissas utilizadas para quantificar a unidade de medição ou corrigir a avaliação de uma característica sendo medida; o processo completo para

obter medições, com o objetivo de determinar o valor de uma grandeza. As empresas que se utilizam destes serviços podem ser a indústria farmacêutica, automobilística, alimentícia, financeira, de energia, telecomunicações, serviços, entre outras, para medir as variáveis ambientais (Action, s./d.).

quadros institucionais edificados. Paradigmas alternativos, como por exemplo, *buen vivir* ou *vivir bien* influenciaram as Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009 em diferentes perspectivas apontando outra forma de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Mas, afinal, o que vem a ser *Buen Vivir*?

A literatura mostra o conceito do *Buen Vivir*, como um conjunto de ideias ontologicamente distintas das premissas neoliberais. As ideias foram estudadas por Acosta (2010), Boff (2009), Choquehuanca (2010), Estermann (2013), Gallegos (2010), Gudynas (2011), Gudynas e Acosta (2011), León (2008), Mamani (2010) e Salgado (2010). Estas abordagens críticas buscam mostrar um constructo que represente uma alternativa de desenvolvimento.

O *buen vivir* consiste num conjunto de conhecimentos e saberes indígenas ancestrais, cosmovisão andina da América do Sul, que permite estabelecer uma relação harmoniosa com a natureza, *Madre tierra* ou Pachamama. Originalmente foi chamado Suma Quamaña em Aymara, Sumak Kawsay em Quéchua (Mamani, 2010), Kume Mogen em Mapuche e Teko Kavi em Guarani (Estermann, 2013). A ideia é que o indivíduo é parte da natureza, ou seja, é elemento constitutivo da mesma. Então, a versão contemporânea do bem viver toma este conhecimento como base ética para o equilíbrio social.

O *Sumak Kawsay*, significa *buena vida* ou *bien vivir*. Segundo Quiroga (2009, p. 104-105),

El Sumak Kawsay practicado por las comunidades indígenas se sustenta en un modo de vida en el que las personas siendo parte de la naturaleza viven bajo principios milenarios y fundamentales que determinan que ‘sólo se toma de la naturaleza lo necesario’, con una vocación clara para perdurar. Esto se evidencia en la utilización de las plantas y animales de los ecosistemas para satisfacer sus necesidades de alimentación, hábitat, salud, movilidad, entre otras.

Então, esta concepção aponta uma alternativa, uma resistência ao modelo que aí está ou ainda, pode-se pensar num projeto em construção na América do Sul, bem distante da ideia de sustentabilidade pautada em tecnologia.

O resgate desta relação que vê o ser humano como parte da natureza implica necessariamente em uma série de alterações de ordem prática nos campos político, econômico e social, além do espiritual, que abriga disputas entre o poder hegemônico e o tradicional, esse agora imbuído de alteridade. Tal compreensão, nem sempre notória e evidente tem alcance para além do local, América do Sul, em um contexto de globalização. Assim, a relação conforme o lugar e as esferas sociais serão construídos diferentemente do saber ancestral e do local de origem.

Os debates acerca das diferentes versões do *Buen Vivir* praticadas nas regiões Andinas da América do Sul, abordados pelos mecanismos coloniais de cooptação e de contenção do variado conhecimento resulta na perspectiva de diversidade universal ao invés da diversidade existente nos tempos pré-coloniais das populações andinas. Os contornos formais e oficiais do *Buen Vivir* foram alcançados por meio de sua adoção pela Constituição da República do Equador e Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Estas reformas constitucionais podem ser compreendidas como marco simbólico e concreto de resistência desses países, dito não desenvolvido ou em desenvolvimento, em relação aos EUA. Portanto, podem representar especial importância contextual em escalas global, regional e local para as organizações públicas e privadas nas dimensões econômica, política e social. Para se ter a real dimensão do relevo seria necessária pesquisa de campo, do contrário informações gerais não permitem conhecer sua aplicação no cotidiano das populações destes países.

A concepção de *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* apresenta-se como uma plataforma política alternativa para o desenvolvimento. Gudynas (2011) aborda a questão referindo-se à vida boa no sentido amplo, *bienestar*, em oposição à teoria do desenvolvimento ocidental clássico. A opinião é que o *Buen Vivir* somente é possível dentro de uma comunidade atrelada aos outros, os quais estão presentes na natureza. Todavia, o contexto é complexo, devido haver diferentes interpretações culturais, históricas e ecológicas onde for aplicado, visto que o conceito é dinâmico, porém o conjunto de ideias vem de lugares e de tempos que são difíceis sobrepujar a clássica compreensão do dualismo: sociedade – natureza, impregnada pela força e abrangência do sistema econômico vigente.

Possibilidades de sustentabilidade e Buen Vivir nas reservas Cajari (Brasil) e Alpuhuayo Mishana (Peru)

Existem muitas compreensões do que vem a ser sustentabilidade e as maneiras de serem alcançadas. A grande maioria destas percepções são construídas fora dos locais, onde as comunidades vivem o seu dia a dia. Tais entendimentos são alheios ao sistema econômico vigente e as políticas públicas aplicadas pelo Estado e em muitos casos não contemplam os interesses da população local. A Reserva Nacional Alpuhuayo Mishana-RNAM (Peru) e Reserva Extrativista do Rio Cajari-RESEX (Brasil) são exemplo.

O primeiro ponto a ser pensado é a efetividade da construção do modelo alternativo, visto que as reservas são recortes territoriais pensados, de acordo com o viés político e econômico vigente. O outro ponto é que como reservas seguem um padrão de organização cultural política e econômica, satélites do aparelhamento central. No caso da RNAM criada para a proteção da biodiversidade ou no caso da RERC edificada com fins de reforma agrária, e posteriormente reservada para o extrativismo, o fio condutor estruturante não foi à uma política pública para garantir a qualidade de vida como ponto central e sim a definição do próprio território. Isto fez toda a diferença.

Na RESEX do rio Cajari ao defenderem a redefinição territorial, buscavam assegurar que a economia estivesse nas mãos das populações locais e, com isso, melhorasse a qualidade de vida dessas pessoas. No caso da RNAM a definição territorial foi em prol da preservação da biodiversidade dos bosques de *varillaes* e não da população. Assim, as duas Áreas de Preservação da Nações Unidas (APNU) são bem distintas quanto aos objetivos de existirem, mas o que há de comum é o desejo de conseguirem a sustentabilidade e o mínimo de qualidade de vida. Mas este desejo é comum em outras comunidades que não estão organizadas em reservas.

As Constituições brasileira e peruana pregam o respeito à identidade cultural das populações que moram nas áreas, mas as regras ditadas pelo sistema neoliberal distanciam a essência na elaboração de políticas públicas ambientais que congreguem a sustentabilidade da população

local. Então agregar a estas políticas a ideia do *Buen Vivir* exige outra forma de pensar, bem como a formalização institucional deste conceito. Assim, os projetos de políticas públicas defendem a melhoria das condições de vida das populações, mas não chegam a ter este modelo como definidor.

Sabe-se que existem alternativas possíveis para a formação de micromodelos socioeconômicos, porém não é o caso das RERC e RNAM. Para ser ter a extensão da situação, o senhor Ramos da RESEX do Cajari diz que:

[...] os governos adotam políticas universais achando que vão alcançar as pessoas, e não alcançam [...] quando você faz o mapa de qualquer política pública de qualquer região do Brasil, você vê o vazio Amazônico em função dessa realidade imposta [...] (Informação Verbal)²⁶⁷.

Então, os projetos governamentais nem sempre contemplam as demandas locais.

E a senhora Pinã da RNAM menciona

¿Cuál es el pensamiento político para toda la zona del Perú y las comunidades peruanas que están dentro de las áreas no hay alternativa, y si no hay suficiente que no vemos porque somos pequeños y mucho menos por ahí [...] ²⁶⁸.

Assim, a agenda governamental é concebida com temas gerais das necessidades para as zonas sem priorizar as necessidades comunitárias já levantadas.

Entende-se que não há interesse políticos quanto ao que precisa ser feito nas áreas reservadas e suas populações, ou ainda, as estratégias que permitem um desenvolvimento com sustentabilidade apresentadas pelas políticas governamentais, empresas privadas e nos trabalhos de inúmeras organizações da sociedade civil, nos dois países, estão longe de ser coerentes. As necessidades básicas apresentadas pelas lideranças que moram na RNAM, como saúde, educação e trabalho estão longe do que eles almejam para terem qualidade de vida. Na RERC, as organizações sociais têm alcançado melhores condições.

²⁶⁷ Informação fornecida por Pedro Ramos, no Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em Macapá, Brasil, em janeiro de 2016.

²⁶⁸ Informe dado por Alicia Piña Aguillar, vice-presidenta do Comitê de Gestão da Comunidade de Mishana, em Mishana, Peru, em abril de 2016.

As mobilidades nas duas APNU são bem distintas, assim como as condições que incitem oportunidades de desenvolverem as categorias para sustentabilidade.

Assim na RERC, o senhor Ramos relata que:

Caminhamos por caminhos diferentes apesar de estarmos juntos mesmo estando numa unidade de um sistema. Quando conversamos percebemos as diferenças de ideia [...] defendem seu território pra sobrevivência para conservar seu meio de produção manter a floresta em pé porque eles sobrevivem dela [...]. (Informação Verbal)²⁶⁹.

Refere-se as associações comunitárias tanto do alto, médio, como do baixo Cajari²⁷⁰ dado a diversidade de biomas os projetos enviados muitas vezes distanciam entre si.

Mesmo que estejam dentro de um projeto a busca pela sustentabilidade segue por rumos distintos. O mesmo ocorre na RNAM,

[...] tener que lidiar con la población, los acuerdos tratado lo que podría tener el bosque y que no aceptó decidido dejar [...] las puertas estaban abiertas a cualquier persona que no aceptaron los acuerdos, existen acuerdos que cumplan, porque si yo cuido, otros no pueden cometer actos de vandalismo²⁷¹.

Outra informação que mostra distintas compreensões de sustentabilidade aparece no descaso e na ausência de políticas que atendam os interesses de algumas comunidades da RNAM

[...] el gran problema son las comunidades que no son concientizadas, como Samito, Anquilla, Santa María de Nanay y Santa María [...] comunidades grandes que se hubieran concientizado en el tema de conservación estarían seguras si viniera proyectos que ellos cambiarían la extracción de recursos naturales (Informação verbal 189)²⁷².

Nesta situação a ideia de sustentabilidade está relacionada a sobrevivência, o sustento de algumas famílias que não tem como se manter dos recursos naturais existentes na região.

As duas APNU possuem muitos ecossistemas que as tonam ricas em biodiversidade e, portanto, a complexidade social no interior destas não poderia ser diferente. Então, as dificuldades para concentrarem qual o eixo de equilíbrio que os ajude a ter qualidade de vida necessita de unificação em torno de um querer comum quanto a reserva e a busca pelas condições de sustento das famílias, moradia, educação e saúde aliados aos direitos da natureza. Tais condições se constatou ser bastante difícil nas duas reservas, mas na RNAM a situação é mais difícil devido à ausência de políticas públicas que atendam as populações.

As diferentes maneiras da vida, dos processos históricos locais e a ideia de unidade no que tange a princípios constituídos: ideias de unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade social, gêneros sociais, justiça e responsabilidade que todos desejam não se apresentam da mesma forma nas duas reservas. Na RERC, examinou-se ter maior dinâmica das lideranças organizadas o que lhes garante certo controle socioeconômico sobre a situação e resistência as determinações do Estado. Na RNAM, averiguou-se que falta as lideranças se organizarem para alcançar o controle da vida socioeconômica e política. Esta precária articulação os deixa em desvantagem frente as decisões do Estado.

As duas experiências nas APNU, reforça-se são bem distintas, contudo, assegura-se que a RNAM é a que mais precisa de atenção para alcançar um nível necessário à qualidade de vida. Com 12 anos de existência, o “Plan Maestros de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana” (2004) deixa poucas possibilidades para a mobilização das atividades econômicas de seus moradores. Além disso, os projetos de políticas públicas que assegurem o uso da floresta em pé, foram finalizados sem o êxito esperado pelas comunidades²⁷³. As tecnologias locais foram

²⁶⁹ Idem, janeiro de 2016.

²⁷⁰ A Reserva do Rio Cajari está dividida em três áreas: alto, médio e baixo rio Cajari.

²⁷¹ Idem, abril de 2016.

²⁷² José Pizango Magalhaes, guarda-parques, comunidade San Juan de Raya. Entrevista concedida em abril de 2016.

²⁷³ Em todas as comunidades visitadas dentro da reserva as informações que se obteve é que os problemas de saúde (malária, diarreia, tuberculose e gripe), água (não há água

potável, mas contaminação), educação (as escolas que existem nas comunidades têm problemas com carência e ausência de professores, prédios em péssimo estado de conservação, sem merenda, dentre outros), falta de emprego e alimento são recorrentes. Mesmo que haja o manejo de água ou aguaje e irapay, não é o suficiente para a manutenção das famílias.

escassamente utilizadas sem a preparação devida da população local.

Sobre o uso do saber local as lideranças de San Martín afirmam viver situação bem difícil

[...] não há projetos para saúde, educação, cuidados com a água que bebemos, somos 75 pessoas e 20 famílias, existimos há 50 anos, não temos apoio para levar qualquer produto para o mercado, não recebemos capacitação para artesanato e trabalhamos somente com o SERNANP [...] a municipalidade não nos apoia, [...] temos pessoas que fazem botes, o valor depende do tamanho, que vai de 500 a 800 soles, conforme o tamanho [...], mas isso não é usado em nosso favor (Informação verbal)²⁷⁴.

Estas dificuldades encontraram-se em todas as comunidades visitadas da RNAM.

A sustentabilidade somente estará assegurada em qualquer processo produtivo se os saberes tradicionais forem valorizados e as economias participativas e de autogestão forem (re) vigoradas. O propósito final é ter a base comunitária e não somente produtiva satisfeita, por meio dos benefícios econômicos, sociais e ambientais. A qualidade de vida ou mesmo o bem-estar destas populações decorre de postura política na ação do estado e não somente do discurso do Estado.

O “Plano de utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari” (1996) também deixa poucas possibilidades para a mobilização das atividades econômicas de seus moradores. Porém, são 20 anos de exercício de aprendizado e organização. A aprovação de projetos, como o Projeto Carbono Cajari, mostra o resultado das articulações e preparação técnica na produção de projetos. As tecnologias locais foram utilizadas, visto que as populações têm experiência em negociar com o Estado.

Considerações finais

O bem-estar compõe-se de um conjunto de fatores em que os indivíduos possam gozar de boa qualidade de vida - saúde, habitação, alimentação, educação e conexão com a espiritualidade. Some-se a isso, conexão com o meio que possibilite as comunidades viverem em

harmonia. Tal condição precisa levá-los a existência tranquila e estado de satisfação. Neste sentido, o Estado carece de defender esta condição social entre todos os seus cidadãos por meio de seus programas governamentais e ter o amparo constitucional. Assim, são necessárias medidas e políticas que corrijam as injustiças próprias do mercado capitalista.

O reordenamento das terras em reservas criou subsistemas territoriais controlados pelo Estado e gerenciados pelos governos. As regras estipuladas pelos planos mestres de utilização das áreas determinam a condução dentro do território e limitam as ações de seis moradores. Os planos de utilização mencionam as populações tradicionais e colocam-nas com a função de responsáveis pela conservação do local, proteção a biodiversidade aliado ao uso controlado dos recursos naturais, para suas atividades econômicas. Assim, os planos não foram construídos como um sistema em sincronia com os habitantes locais, mas com dicotomias profundas, em que homem e a natureza estão distantes.

Na RERC, o tempo de experiência no longo exercício de aprendizado dos códigos institucionais, nacionais e internacionais - elaborar projetos, negociar, participar e decidir - os fez conhecedores de como proceder e garantir minimamente condições para alcançar qualidade de vida. A definição dos limites da reserva e o plano de utilização foram edificados em consonância com o tipo de atividade econômica exercida no interior da área, aproveitados os saberes locais. Assim, há boas condições de vida e de perspectiva de futuro, contudo, a capacidade de organização e negociação precisa acompanhar as mudanças políticas do país.

Na RNAM existe potencial para boa qualidade de vida, contudo, há muito para ser feito, especialmente quanto ao uso e aproveitamento das tecnologias tradicionais, implementação de políticas públicas ambientais, bem como políticas que contemplem as necessidades básicas - educação, saúde, moradia. Mas é possível compreender o descompasso, pois a definição dos limites da reserva e o plano de utilização foram edificados pensando na preservação da biodiversidade da área, então agregar as populações locais e suas atividades econômicas tornou-se um problema político. Os

²⁷⁴ Alex Lomas, Hitler Pezo, agentes comunitários, Rafael Aijo, Rafael Donhes, comunidade San Martín, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

mentores da reserva não contabilizaram positivamente o saber local.

Diante disso, falta as comunidades a definição de objetivos comuns, tomar sob sua responsabilidade a melhoria das condições de vida sem prejuízo da biodiversidade local. O exercício de participação, organização em torno de um ideal comum e tomada de decisão pode ser o passo necessário para mudar a condição que se encontrou na época. Assim, julga-se que o escasso conhecimento da lide com os códigos institucionais, nacionais e internacionais dificulte romperem com a conjuntura e promoverem as mudanças que os alcem para melhores condições de vida.

Ainda, a vida harmoniosa com a natureza somente tem sustentação, se conjugarem esforços em escalas global, regional e local. Isso pode diminuir a assimetria de poder entre mercado, Estado e sociedade, a fim de tornar as instituições comunitárias, os exercícios sociais de resistência e os avanços das práticas de mercado, com possibilidades de diminuir as desigualdades.

Conclui-se, o *Buen Vivir*, ao ser uma concepção ética que aponta alternativa para o desenvolvimento e a sustentabilidade de povos e nações, pautada em concepções passadas, não são bem vistos pela política econômica hegemônica. Contudo, é possível coexistir diferentes concepções, mesmo que uma contradiga a outra. As distintas percepções - maximização da utilização dos recursos naturais ou tomar da natureza apenas o necessário - são entendimentos que brigam, mas que podem coexistir, especialmente em lugares onde o modo de vida tem relação estreita com meio ambiente. As políticas públicas precisam defender modos de vida que primem pelo bem-estar das populações tradicionais em sintonia com o meio em que vivem.

Referências

- Abramovay, R. (2010). Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos estudos CEBRAP 87*, São Paulo, p. 97-113, jul.
- Acosta, A. (2008). El Buen Vivir, una Oportunidad por Construir. *Revista Ecuador Debate*, n. 75, p. 33-48.
- Alonso, J. A. (2006). *Imágenes del paraíso*. La Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana. Iquitos: IAP/WUST.
- Appadurai, A. (2002). Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: Inda, J. X; Rosaldo, R. *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing. p. 46-64.
- Benchimol, S. (2000). A Amazônia e o terceiro milênio. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 9, p. 22-34, out.
- Boff, L. (2009). *¿Vivir Mejor o El Buen Vivir?* Disponível em: <http://www.otrodesarrollo.com>. Acesso em: 14 set. 2017.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (1994). *Decreto 1.354, de 29 de dezembro*. Aprova CDB. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiveridade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i>. Acesso em: 05 de jan. de 2017.
- Brasil. (1994). Ministério do Meio Ambiente. *Decreto Legislativo nº 2 de fevereiro*; cria a CDB. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/7513>. Acesso em 09 de jan. de 2017.
- Brasil. (2002). Ministério do Meio Ambiente. *Decreto 4.339 de 22 de agosto*; institui a Política Nacional de Biodiversidade. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiveridade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3> Acesso em: 07 de jan. de 2017.
- Brasil. (1996). *Plano de utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari*. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2017.
- Castells, M. (2000). Material for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, p. 5-24, jan./mar.
- Choquehuanca, C. (2010). Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *América Latina en Movimiento, ALAI*, n. 452, p. 6-13.
- Deslauriers, J.-P. (1991). *Recherche qualitative – guide pratique*. Montreal: McGraw-Hill.
- Dourojeanni, M. (2013). *Loreto sostenible al 2021*. Lima: DAR, Peru.
- EASTONE, D. (1965). *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Escobar, A. (1999). Imagining a post-development era? Critical thought, development and social movement: *Social text*, v. 31/32, p. 20-56.
- Estermann, J. (2013). Ecosofía andina: un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de vivir bien. *FAIA*, v. II, n. IX-X, p. 1-21.
- Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, jun.

- Gallegos, R. (2010). Los Nuevos Retos de America Latina. *Socialismo del Sumak Kawsay o biosocialismo republicano*. Senplades, p. 55-74.
- Gudynas, E. (2011). Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *ALAI*, n. 462, p. 1-20, fev.
- Gudynas, E. (2011). Buen vivir: today's tomorrow. *Development*, v. 54, n. 4, p. 441-447. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v54/n4/pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.
- Jantsch, E. (1972). Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: APOSTEL, L. et al. *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: CERI/OCDE. p. 98-125.
- Kuhn, T. S. (1978). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lipietz, A. (1988). *Miragens e milagres: problemas da industrialização do terceiro mundo*. São Paulo: Nobel.
- Leff, E. (2000). *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da FURB. 381 p.
- Mamani, F. (2010). Buen Vivir/Vivir Bien. Filosofía, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas. *CAOI*.
- Mauss, M. (1979). *Antropologia*. São Paulo: Ática.
- Medina Filho, A. L. de. (2013). Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 263-271.
- Oliveira Filho, J. J. de. (1987). *Curso de metodologia das Ciências Sociais: notas de aula*. São Paulo, [Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].
- Palacios, J. D. (1994). Desarrollo sostenible de la Amazonía y proyecto nacional. In: ACHUNG, M. R. (Ed.). *Amazonia hoy: políticas públicas, actores sociales y desarrollo sostenible*. Lima: IAPUNAPPUCP.
- Patrício, M. M. (2017). *Projetos da convenção sobre diversidade biológica (CDB): análises das políticas públicas do Brasil e Peru*. Belém. 386 f. Tese doutorado. NAEA/UFPA.
- Peralta, C. A. I. (2010). *El Convenio sobre la diversidad biológica en el Perú*. Análisis de su aplicación y avances en el Perú. Lima: MINAM.
- Perú. (2016). Ministerio del Medio Ambiente - *Mapa base do SERNANP*, Escala 1:175,000 (2015). SERNANP, Iquitos, Perú.
- Perú. (2004). Ministerio del Medio Ambiente. *Plan Maestros de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*. Finlândia, Iquitos, Perú: BIODAMAZ.
- Perú. (2001). Decreto Supremo n. 102/2001-PCM, de 5 de septiembre. Normas Legales cria Plano de Estratégia e Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru, *Diario Oficial El Peruano*, Lima, año XIX, n. 7745, p. 209567.
- Piaget, J. (1972). L'épistemologie des relations interdisciplinaires. In: Apostel, L. et al. (Ed.). *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: CERI / OCDE. p. 131-144.
- Redclift, M. R. (2002). Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. *Raízes – Ensaaios*, v. 21, n. 1, p. 124-136, jan./jun.
- Saez, M. T. (1997). El análisis de las políticas públicas. In: Bañón, R; Carrillo, E. (Ed.) *En La Nueva Administración Pública*. Madri: Alianza Editorial, S.A.
- Sabatier, P.; Jenkins-Smith, H. (1993). *Policy change and learning: the advocacy coalition approach*. Boulder: Westview Press.
- Salgado, F. (2010). Sumaq Kawsay: the birth of a notion? *Cadernos EBAPE.BR*, v. 8, n. 2, p. 198-208, jun.
- Samonek, F. (2006). *A borracha vegetal extrativa na Amazônia: um estudo de caso dos novos encauchados de vegetais no estado do Acre*. Rio Branco. 160 p. Dissertação em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais / Universidade Federal do Acre.
- Santos, B. de S. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. 2. ed. Afrontamento.
- Simonian, L. T. L. (2007a). Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso de recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VACA, L. E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UNESCO. p. 25-53.
- Simonian, L. T. L. (2007b). Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: Kawage, C.; Ruggeri, S. (Org.). *Imagens e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Alves. p. 15-52.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. p. 20-45.